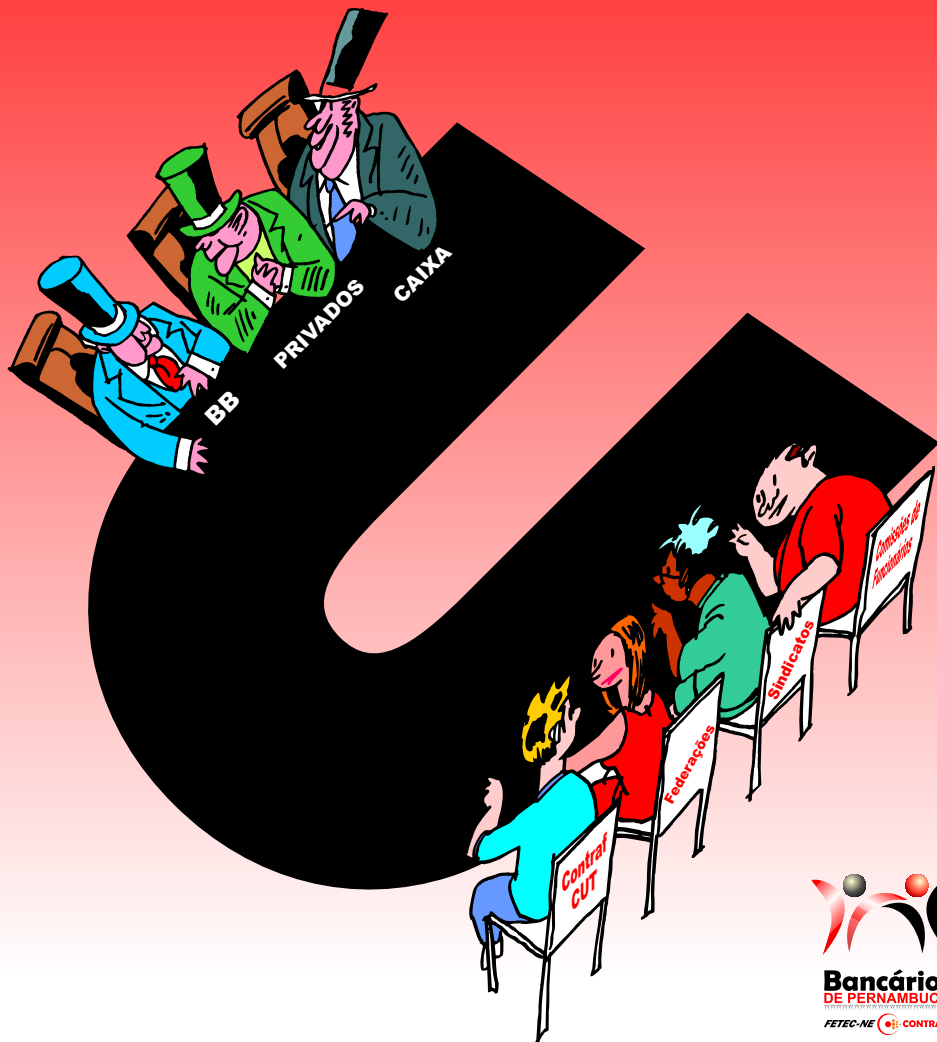


# MESA ÚNICA



# Dilema ou Conquista?



***Lutar para negociar.  
Negociar para conquistar.***

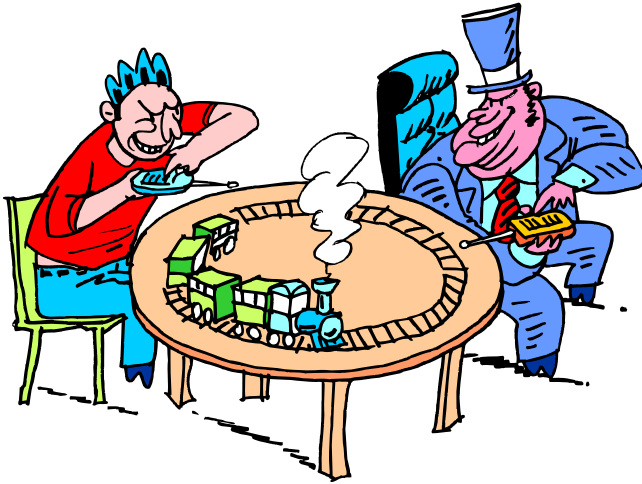
**Bandeira da CUT, desde a fundação**

# MESA ÚNICA

**Olá!  
Esta cartilha é  
se propõe a  
fornecer  
elementos  
para ampliar  
e enriquecer  
o debate em  
torno da  
MESA ÚNICA  
de  
negociação.**



MESA ÚNICA que trem é esse? .....	<b>05</b>
A experiência mundial .....	<b>07</b>
O 1º de Maio .....	<b>09</b>
Enfim, oito horas de trabalho .....	<b>10</b>
Cabresto nos sindicatos .....	<b>12</b>
A mordça da ditadura .....	<b>14</b>
Nasce um novo sindicalismo .....	<b>16</b>
As conquistas dos Bancários.....	<b>18</b>
MESA ÚNICA, dilema ou conquista?.....	<b>20</b>
O caminho é longo, mas frutífero .....	<b>21</b>
A era Collor e FHC .....	<b>23</b>
Os limites no governo Lula .....	<b>25</b>
Por que negociar em conjunto .....	<b>27</b>
O Comando Nacional e a MESA ÚNICA.....	<b>31</b>
Expediente .....	<b>34</b>



## MESA ÚNICA: que trem é esse?

A categoria bancária sempre esteve na vanguarda do movimento sindical brasileiro. A história das lutas dos trabalhadores no país está aí para comprovar.

Somos a única categoria de trabalhadores no Brasil, por exemplo, a deter uma Convenção Coletiva Nacional, negociada conjuntamente com diferentes empresas. Significa que nenhum bancário ou bancária, do Oiapoque ao Chuí, pode ter menos benefícios do que aqueles estabelecidos no contrato coletivo de trabalho.

**Nós,  
bancários,  
somos os  
únicos  
trabalhadores  
no Brasil a  
deter uma  
Convenção  
Coletiva  
Nacional.**



# MESA ÚNICA

---

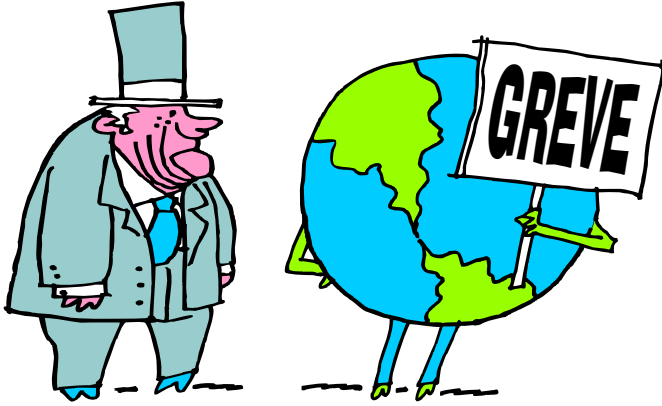
Nada veio de graça, muito menos pela benevolência dos banqueiros. Tudo o que está contratado é fruto de muita, e árdua, batalha: coletiva. Demandou anos de negociações, de mobilizações estratégicas: protestos, manifestações e greves. Até para negociar.

Da jornada de seis horas ao piso nacional unificado. Do tíquete e vale-alimentação ao plano de saúde. Da Participação nos Lucros e Resultados à MESA ÚNICA. TUDO É CONQUISTA.

Há quem discorde, quando o assunto é MESA ÚNICA: por desconhecimento do processo, falta de compreensão ou gosto pela polêmica. Tanto que é tema recorrente de discussão em toda campanha salarial. Tem sido assim nos últimos quatro anos. Coincidência ou não, o período do governo Lula, quando os trabalhadores dos bancos públicos passaram a se sentir mais à vontade para questionar e participar das mobilizações desenvolvidas pelos sindicatos.

Esta cartilha pretende fornecer elementos para ampliar e enriquecer o debate. É um compromisso que a diretoria do Sindicato dos Bancários de Pernambuco resgata.

Para chegar lá, é preciso, antes, decifrar alguns conceitos. E rememorar um pouco da história da luta e das conquistas dos trabalhadores. Histórias que contam a difícil relação entre capital e trabalho. Questões de classe.



## A experiência mundial

Quando falham todas as tentativas de diálogo, é preciso valer-se do argumento que os patrões entendem: parar a produção. Esta lição, os trabalhadores aprenderam cedo, nos primórdios do capitalismo. Continua valendo agora, em tempos de expansão acelerada de tecnologia, de novos meios de produção. Ainda que, como consequência, a busca de novas táticas e estratégias de mobilização e luta seja, nestes tempos, imperativa.

Mas o que isso tem a ver com MESA ÚNICA, tema central desta cartilha?

**Os tempos atuais tornam imperativa a busca de novas estratégias de luta. Ainda assim, a greve continua sendo um instrumento importante.**



# MESA ÚNICA

---

Vamos por partes.

A relação entre capital e trabalho nunca foi fácil. A Revolução Industrial trouxe consigo o trabalho assalariado e, junto com ele, a exploração. Do final do século XVIII até meados do século XIX, os operários tinham nenhum direito e todos os deveres. Trabalhava-se em condições, absolutamente, desumanas: até 18 horas por dia, todos os dias do ano, e por salários de fome. Homens, mulheres e crianças.

Em Londres, cidade-mãe da industrialização, a média de vida dos operários era de 21 anos, por volta de 1820.

## **Liberdade total ao patrão**

Não havia lei que garantisse direitos ou protegesse o trabalhador. Não havia sindicato, pois à classe operária era vedada a associação. Também não se permitiam manifestações de qualquer natureza. As revoltas brotavam, não obstante. E eram reprimidas violentamente. Resistia-se, apesar de tudo.

A primeira associação de trabalhadores - dos alfaiates - data de 1720. O primeiro sindicato estruturado nasce em Manchester, capital da indústria têxtil inglesa, em 1825.

## O 1º de Maio

A primeira greve geral que a História registra é de 1842, no Norte da Inglaterra. E a reivindicação não era outra que não redução de jornada. A conquista viria cinco anos depois: uma lei, aprovada pelo parlamento inglês, fixa em 10 horas a jornada do adulto – a partir de 1º de maio de 1848.

Dentre as greves gerais precursoras, a mais famosa aconteceu em um 1º de maio, de 1896. Chicago era, então, o principal centro industrial dos Estados Unidos. Milhares de trabalhadores foram às ruas para exigir a redução da jornada de trabalho de 13 para oito horas diárias. As manifestações foram reprimidas duramente. Além de prisões, o confronto entre os operários e a polícia deixou feridos e mortos. Três anos depois, o Congresso Socialista, realizado em Paris, consagraria a data como Dia Mundial dos Trabalhadores.

**A instituição do 1º de Maio como Dia Mundial dos Trabalhadores nasceu de uma greve geral, em 1896. Os socialistas a consagraram.**



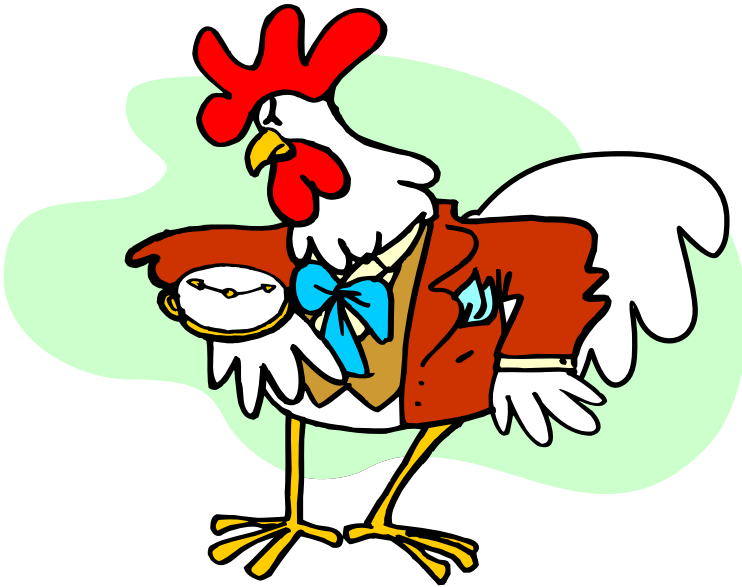
## Enfim, oito horas de trabalho

**A conquista da jornada de oito horas de trabalho é fruto de batalhas históricas. Custou muita greve e, até, a vida de muitos trabalhadores.**



A jornada de oito horas, entretanto, chegaria aos Estados Unidos em 1868, para os trabalhadores do serviço federal. No setor privado, só em 1912, limitada aos ferroviários. Na maioria dos países, a conquista levaria mais de duas décadas - a contar da primeira greve geral -, para tornar-se realidade para todos os trabalhadores, em 1920. A custo de muitas greves e, até, revoluções - como a russa, de 1917.

No Brasil, a industrialização só começou 100 anos após a deflagração do processo na Inglaterra. Até às vésperas do fim da Velha República, eram pouquíssimas as leis que asseguravam direitos aos trabalhadores. As primeiras foram as leis de Acidentes de Trabalho, em 1919, e de Estabilidade no Emprego, 1923, reformadas, posteriormente, na década de 30. Comerciantes, em 1925, e bancários, em 1926, conquistaram o direito a férias de 15 dias. Em 1927, o Código de Menores proibiu o trabalho abaixo dos 14 anos, regulamentado em 1931.



Os sindicatos eram considerados inimigos do sistema e a organização dos trabalhadores duramente reprimida. Qualquer greve era ilegal, mas greves aconteciam, algumas com caráter de insurreição. Recife foi palco de algumas. Dentre elas, a greve de ferroviários e estivadores pela jornada de oito horas, em 1903, paralisou a cidade por uma semana.

Somente em 1932, os trabalhadores urbanos conquistaram o direito à jornada de oito horas. Também a peso de greves, perseguições e muitas mortes. O decreto do então presidente Getúlio Vargas, porém, não contemplava os trabalhadores rurais.

É dessa época, também, o descanso semanal remunerado; a limitação do trabalho noturno de mulheres e crianças; a Lei das Convenções Coletivas de Trabalho e as Juntas de Conciliação e Julgamento. A Lei de Férias é de 1933, mas só para operários da indústria.

A unicidade sindical atrela os sindicatos ao Estado. Até a era Vargas, os sindicatos, mesmo reprimidos, eram livres para decidir suas lutas.



## Cabresto nos sindicatos

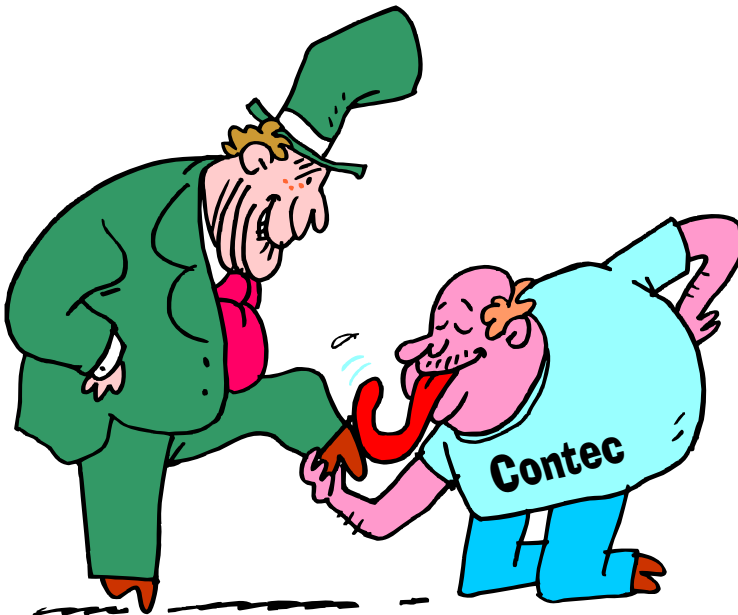
Junto com a legislação trabalhista veio o reconhecimento e o controle dos sindicatos pelo Estado. A Lei da Sindicalização é de 1931. As greves continuam proibidas.

O estatuto-padrão dita as regras de funcionamento, a partir de 1939. Só pode haver um sindicato por categoria. É a chamada unicidade sindical. Em 1940, cria-se o imposto sindical e institui-se o salário-mínimo. No 1º de Maio de 1943, Getúlio Vargas entrega a

CLT aos trabalhadores, “como se fosse uma dádiva”, segundo Vito Giannotti em *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*.

Até a era Vargas, os sindicatos sofriam repressão pesada. Mas, dirigidos por anarquistas e comunistas, eram livres para decidir suas formas de organização e de luta. O sindicalismo oficial pretendia extinguir a luta de classes. Por decreto. Quem discordasse sofreria os rigores da lei. A repressão recrudesce com o Estado Novo, de 1937 a 1945.

Vem dessa época o uso da palavra *pelego*, cunhada pelos sindicalistas de luta. “No dicionário significa a pele de carneiro colocada entre a sela e o cavalo para amaciar o choque entre os dois”, escreve Giannotti.





**O cabresto nos sindicatos foi reforçado durante a ditadura militar. A tradição de luta foi substituída pelo assistencialismo.**



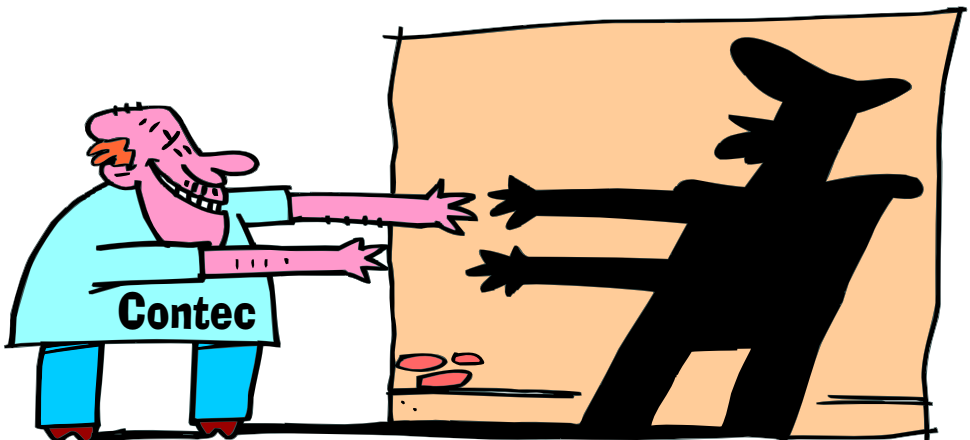
## A mordada da ditadura

A unicidade e o imposto sindical vigoram até hoje, e dão sobrevida a entidades cartoriais como as Feeps - de Alagoas ao Maranhão -, e a Contec, nacionalmente. Sobreviveu ao populismo do segundo governo Vargas (1950-54), e ao expansionismo econômico e a efervescência político-cultural das eras JK (1955-60) e Jango (1960-64). Ganhou fôlego nos 21 anos da ditadura militar, e permaneceu intacto na chamada "Constituinte Cidadã", de 1988. Apesar da forte retomada das mobilizações dos trabalhadores.

O atrelamento dos sindicatos ao governo ganhou força com o golpe militar de 64. Um ano após, 452 sindicatos e 49 federações e confederações, à esquerda – simbolizada, à época, pelo PCB e PCdoB, principalmente -, sofreram intervenção. Suas lideranças foram presas, banidas ou mortas. Inclusive na maioria dos sindicatos de bancários, dentre eles o de Pernambuco. Até 1970, o número de intervenções chegaria a 652.

Forçado por atos institucionais como o AI-5, de 1968, o medo levou ao imobilismo, e assegurou condições para nova quebra de direitos: arrocho salarial e lei anti-greve; fim na estabilidade do emprego e criação do FGTS, o que favorece a rotatividade da mão-de-obra. Além da censura aos meios de comunicação, prisões, torturas e assassinatos em vários setores da vida nacional.

A tradição de luta dos sindicatos foi novamente atingida no coração. Através de decretos-leis, os militares trataram de moldar a feição do sindicalismo brasileiro para o assistencialismo.



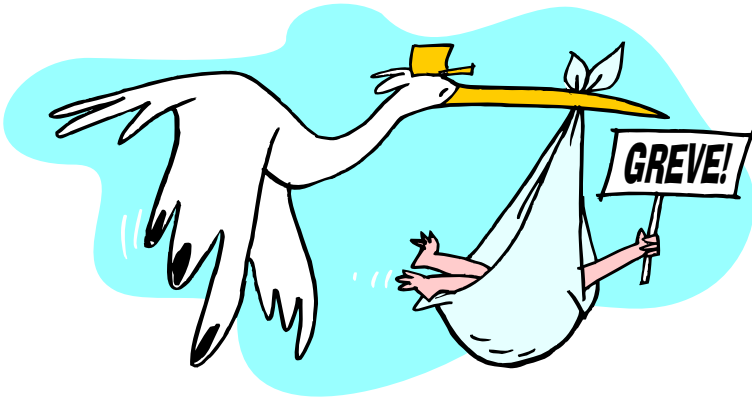
## Nasce um novo sindicalismo

**O atrelamento dos sindicatos ao Estado foi quebrado, na prática, no final dos anos 70. Em 1983, nasce a CUT, ato de desobediência civil aos ditames militares.**

O atrelamento seria quebrado, na prática, antes mesmo da retomada dos sindicatos, no voto, no final da década de 70. De 1978/1979 uma onda de greves tomou conta do país, a partir de São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Em 1980, uma greve de 45 dias dos metalúrgicos encara a ditadura e muda os rumos do sindicalismo. Sob a liderança de Luiz Inácio da Silva, o Lula. No país inteiro ocorrem greves de todas as categorias. Os bancários têm participação de destaque, sobretudo em Porto Alegre e São Paulo.

Aqui, em Pernambuco, a luta para desencastelar os representantes da ditadura da direção do Sindicato ainda levaria 10 anos. Mas a exemplo do Sul-Sudeste, a oposição sindical, representada pelo MOB, já liderava as greves, à revelia da direção da entidade. Suas lideranças tiveram papel importante na fundação do PT, em 1980, e da CUT, em 1983.



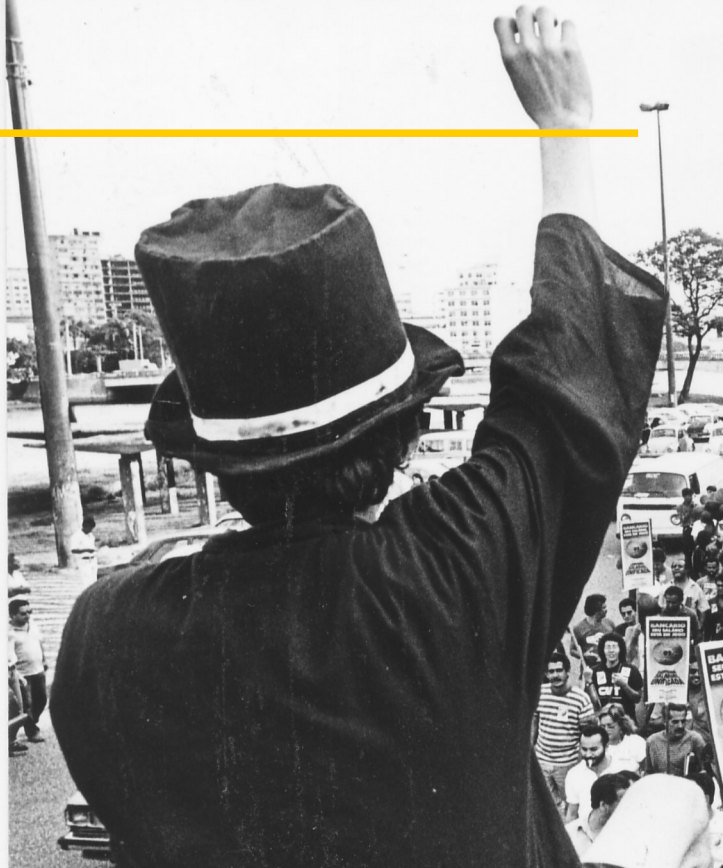


A CUT nasce em ato de desobediência civil aos ditames militares, que proibiam a existência de centrais sindicais. Em sua estrutura, cria-se o DNB – Departamento Nacional dos Bancários, embrião do que viria a ser a CNB – Confederação Nacional dos Bancários. Na linha oposta à Contec, que, no final dos anos 80, torna-se braço do neoliberalismo representado por Collor e, depois, por FHC . Governos e sindicalismo de resultados, em Pernambuco e parte do Nordeste representados pelos sindicatos ligados à Contec. Para aglutinar a categoria e acabar com o divisionismo, os bancários da CUT criam a Fetec-NE – Federação dos Trabalhadores em Entidades de Crédito, em 13/12/1992.

A Contraf-CUT – Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro nasce em 2006, fruto da necessidade de se unificar todos os trabalhadores do ramo. Reduzida à metade em 12 anos de governos neoliberais, reengenharia de produção e reestruturação financeira, a categoria dos bancários se fortalece quando agrega os trabalhadores do setor. Somados, chegamos a um milhão. Sozinhos, somos 400 mil.

## MESA ÚNICA

Até o início dos anos 40, os bancários trabalhavam oito horas diárias. Para os bancários da Caixa, a jornada de seis horas só chegaria em 1985. A peso de muita greve.



## As conquistas dos bancários

Em 1934, os bancários do Rio de Janeiro alcançam o direito de aposentadoria e pensões. Até o início dos anos 40, porém, a jornada de trabalho de todos os bancários era de oito horas. A conquista das seis horas, contudo, só chegaria para os bancários



Ivaldo Bezerra/Lumen

da Caixa, por exemplo, em 1985. Quando deixaram de ser economiários.

É de 1985, também, a primeira Convenção Coletiva Nacional e o piso salarial unificado. Foram muitas as campanhas, negociações e greves para se chegar ao contrato nacional. Até aí, o trabalhador do Nordeste e do interior de Minas, por exemplo, ganhava menos do que o de São Paulo.

Durante duas décadas, porém, o contrato nacional, em sua totalidade, só era cumprido pelos bancos privados e estaduais.

# MESA ÚNICA, dilema ou conquista?

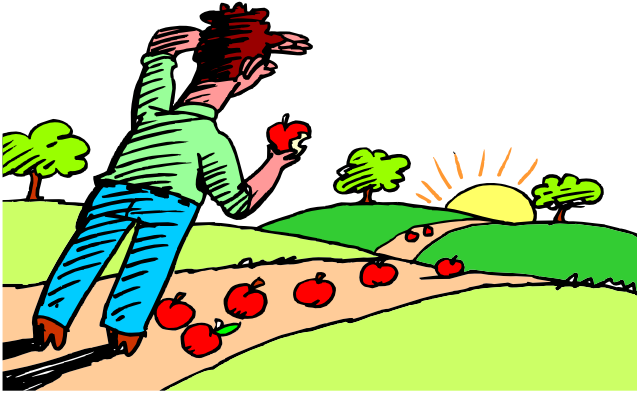
**O tíquete-  
alimentação  
dos bancários  
começou com  
um lanche em  
uma sacolinha.  
Prosaico, não!?  
Fruto de  
negociação  
coletiva.**



Há quem diga que a MESA ÚNICA engessa a negociação, impede resultados mais favoráveis e nivela todo mundo por baixo. A história demonstra exatamente o contrário.

Quem ingressou mais recentemente na profissão não sabe que o tíquete-refeição começou com lanche em uma sacolinha. Depois de instaurados, o valor era diferente para quem trabalhava seis e oito horas. Só muito tempo depois se conquistaria o vale-alimentação.

Em 1995, conseguimos a cesta-alimentação para todos os bancários protegidos pela Convenção Coletiva Nacional. O Banco do Brasil só cumpriria esta cláusula em 2001, ainda assim, com valor menor ao do contrato geral. Até 2005, os empregados da Caixa recebiam cesta-alimentação menor do que os demais bancários. Mesmo após as greves de 2003 e 2004.



## O caminho é longo, mas frutífero

Foram necessários 21 anos para que os bancários lograssem êxito na reivindicação de negociar em conjunto com bancos privados e públicos. Em 2006, pela primeira vez na história, os dois maiores bancos públicos federais - BB e Caixa - assinaram a Convenção Coletiva Nacional. Os estaduais já eram obrigados a cumpri-la. Ainda faltam BNDES, BNB e Basa.

Houve outra conquista importante, em 2006: os acordos de PLR – Participação nos Lucros e Resultados foram os mais

**A luta pela MESA ÚNICA vem de 1985. Um longo caminho que só começou a produzir frutos em 2004.**



# MESA ÚNICA

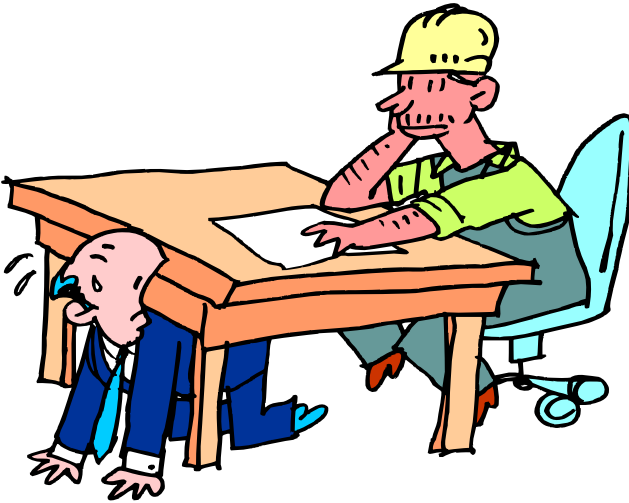
---

significativos dos últimos 10 anos.

É a conquista de uma luta que vem de 1985. A iniciativa partiu das entidades representativas dos bancários, referendadas por todas as instâncias de decisão da categoria: assembleias, encontros locais e regionais, país a fora; e, finalmente, pela Conferência Nacional dos Bancários, que anualmente precedem a campanha salarial.

Um longo caminho, que só começou a produzir frutos em 2004. Naquele ano, pela primeira vez, representantes do BB e da Caixa foram à Fenaban – Federação Nacional dos Bancos e receberam a pauta de reivindicação. Assinaram, também, um pré-acordo. E assumiram o compromisso de seguir o que fosse acordado na mesa.

Em 2003 e 2004, ainda que não consolidada, a MESA ÚNICA revelou-se instrumento importante para quebrar a rigidez do cabresto da política econômica. Tanto que, em 2004 e 2005, o reajuste ficou acima da inflação. Todavia, mesmo com a greve, não conseguimos fazer com que a Caixa respeitasse o acordo com a Fenaban. Pior ainda foi no BNB e no Basa.



## A era Collor e FHC

Ora, se fosse bom para os banqueiros, tanto Fenaban como o governo apoiariam, de cara, a MESA ÚNICA. Por que o governo levou 21 anos para assinar a Convenção Nacional? Por que a Fenaban resistiu todos esses anos à presença dos bancos públicos na mesa de negociação? Na verdade ainda não a digeriu...

Os governos Collor/Itamar e FHC não aceitavam, sequer, discutir o assunto. Durante 12 anos os trabalhadores assistiram a violentos ataques a seus

O terror e o assédio moral foram a base das relações de trabalho nos governos Collor e FHC. MESA ÚNICA era assunto proibido.



## MESA ÚNICA

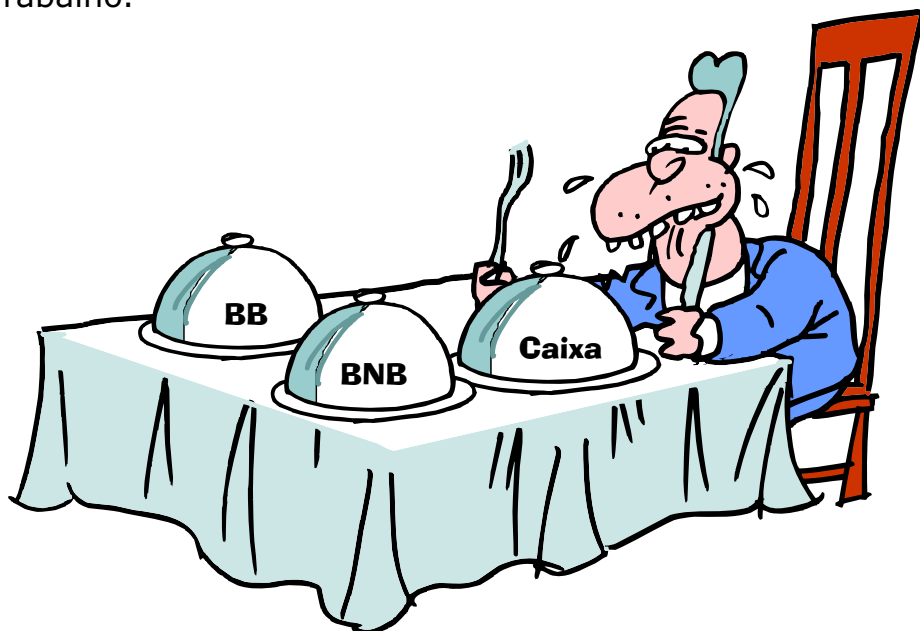
---

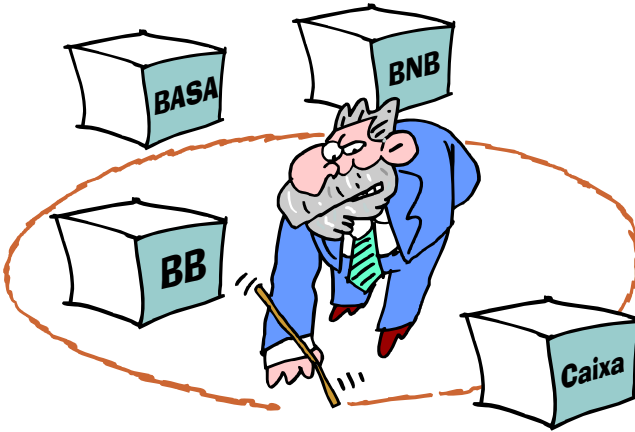
direitos: os salários foram reduzidos porque a inflação não era reposta; houve perdas de direitos; sucessivos planos de demissões; desestruturação dos planos de cargo, carreira e salários; a PLR era insignificante para a maioria dos bancários.

O terror e o assédio moral foram a base das relações entre os bancos públicos e seus empregados. A organização da categoria ficou bastante fragilizada.

Em 2001 e 2002, por exemplo, não houve negociação com a Caixa e com o Banco do Brasil. No BNB, o jejum durou os anos do governo Collor/Itamar e os dois períodos de FHC.

Nessa época, era comum aos bancários dos bancos federais pedirem o cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho.





## Os limites no governo Lula

A ascensão de um trabalhador à Presidência da República trouxe esperança. Entretanto, não tínhamos ilusão de que a caminhada seria fácil. Governo é governo. E, neste caso, o governo é patrão.

Em 2003, os bancários aprovaram um acordo com a Fenaban, que contemplava reajuste de 12,6%. O governo resistiu em acatar o reajuste. Fomos à greve nos bancos públicos.

No Banco do Brasil, o acordo acabou sendo cumprido, integralmente, na parte econômica. A greve continuou na

**O governo presidido por um homem com origem na classe trabalhadora, levou quatro anos para se sentar à mesa da Fenaban.**



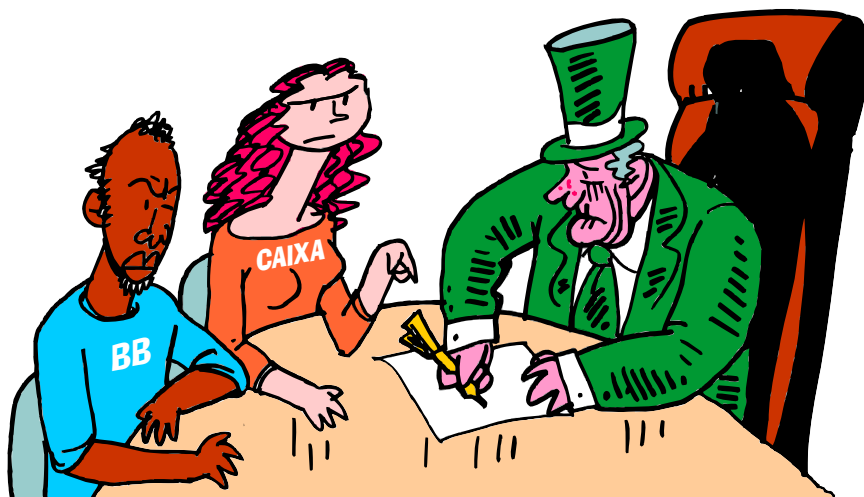
# MESA ÚNICA

---

Caixa, mas ainda assim o acordo foi inferior ao da Fenaban. Nos bancos regionais, BNB e Basa, a paralisação se estendeu por mais tempo, e o resultado ficou abaixo do que se havia obtido na Caixa.

O processo se repetiu em 2004 e 2005, tanto na Caixa como no BNB e no Basa. Apesar das greves. Mas houve um pequeno avanço na PLR e solução de pendências importantes no BB e na Caixa. O Banco do Brasil acatou a nova equação da PLR proposta pelo movimento: incorporou 4% do lucro líquido para distribuição linear com todos os empregados. A reivindicação era de 5%. Este avanço repercutiria na distribuição do benefício, no ano seguinte, para a maioria dos bancários.

Finalmente, em 2006, Caixa e Banco do Brasil se sentam à mesa da Fenaban e assinam a Convenção Coletiva. De sua parte, o BNB se compromete em aplicá-la, embora somente em maio de 2007 o acordo viesse a ser assinado.



## Por que negociar em conjunto

O primeiro governo Lula foi marcado por longas greves dos bancários: 16 dias em 2003; 31 dias em 2004; oito dias em 2005 e 15 dias em 2006.

É claro que o grau de mobilização nos bancos públicos é diferente do que ocorre nos bancos privados, dadas as condições objetivas. E este tem sido um argumento de quem defende a negociação em separado, o que é um equívoco.

Por que fazer piquetes nos bancos privados? Porque o piquete é uma ferramenta da greve, desde que ela existe. E se a greve é dos bancários, são os bancários que devem convencer os colegas que resistem a parar – por medo ou conveniência.

Ao ajudar a fechar uma agência de banco privado, o movimento cresce. Ao crescer, aumenta a pressão sobre os banqueiros do setor privado, e portanto sobre a mesa da Fenaban, que é onde se dá o embate da negociação.

**Nunca é demais lembrar: dissídio coletivo é um jogo bem ao gosto dos patrões. Negociação coletiva pressupõe equilíbrio de forças.**



## MESA ÚNICA

---



Mais pragmático, o setor privado procura evitar a greve ou resolvê-la, rapidamente. Enquanto o setor público deixa que ela se arraste.

No que nos diz respeito, essa última hipótese abre caminho para a interferência do TST – Tribunal Superior do Trabalho. Com o auxílio luxuoso da Contec, que, por conveniência e falta de representatividade, confunde campanha salarial com dissídio coletivo.

Nunca é demais relembrar: dissídio coletivo é diferente de negociação coletiva. Dissídio é um instrumento jurídico que os sindicatos podem recorrer para garantir a data-base, quando a negociação se torna inviável e a greve não resolve. É um recurso pouco recomendável para uma entidade de classe que se quer combativa. É um jogo bem ao gosto dos patrões, seja governo ou banqueiro privado.

Negociação coletiva se sustenta com mobilização da base e não pela interpretação ou vontade de juízes. Dá-se em cima de uma pauta específica, em torno da qual cada lado brande as armas e o poder de argumentação de que dispõe.

Outro dado objetivo é que os acordos alcançados diretamente com os governos, nos três níveis, têm sido inferiores aos acordos da iniciativa privada. Em diferentes categorias.

Quando cria parâmetros mínimos para que se possa desencadear o processo de negociação, a MESA ÚNICA fortalece o movimento. Além do que, nada impede que os bancos públicos apresentem propostas suplementares nas negociações específicas. Em 2006, o acordo de PLR da Caixa e do Banco do Brasil, por exemplo, foi bastante superior ao dos bancos privados.



# MESA ÚNICA

---

Outra base de argumentação contra a MESA ÚNICA reside nas perdas históricas dos trabalhadores dos bancos públicos. A questão pede um estudo mais detalhado nos diferentes bancos. E é tarefa a ser entregue ao Dieese - Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-econômicos/Linha Bancários.

No Banco do Brasil, por exemplo, há 35 mil novos bancários sem memória de perdas. Estas se localizam na base da pirâmide, onde o salário é defasado. Entre os antigos, com função de confiança, a gratificação de função e o diferencial de mercado engoliram essas perdas. Claro, se se perde a função, cria-se um problema. Mas, aí, as distorções têm que ser corrigidas no Plano de Cargos e Carreiras.

Quando os bancos públicos assinam a Convenção Coletiva Nacional, qualquer governo é obrigado a cumpri-la, integralmente. E ainda podemos ter mais ganhos nas mesas específicas.

A unidade dos trabalhadores é o melhor caminho para enfrentar os patrões, que trabalham e negociam organicamente.

O processo de negociação da categoria é complexo. Enfrentamos a pior classe do patronato: os banqueiros. Na verdade, lidamos com os sanguessugas da sociedade produtiva.

## O Comando Nacional e a MESA ÚNICA

Como já dissemos, o processo de negociação em MESA ÚNICA é uma reivindicação antiga dos bancários brasileiros. Foi uma conquista gradativa, apoiada e referendada pela maioria dos trabalhadores, em todas as suas instâncias de decisão.

Em toda campanha salarial as reivindicações são aprovadas por assembléias, encontros locais e regionais. Levadas à Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, são debatidas e aprovadas por centenas de delegados - representantes eleitos pela base Brasil afora.

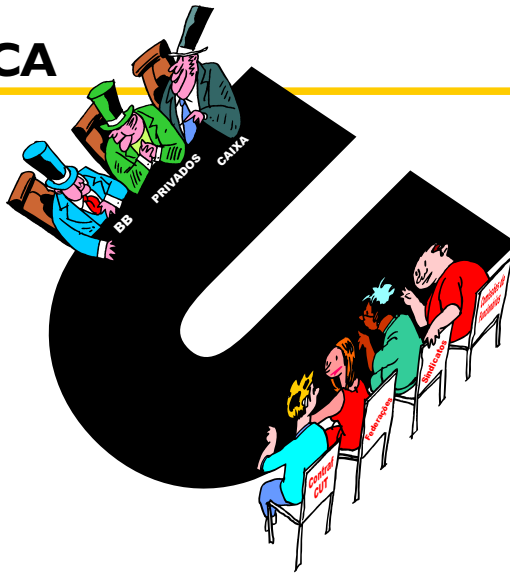
A partir da entrega da minuta à Fenaban, toda e qualquer proposta patronal relevante é levada à apreciação da base, nas respectivas assembléias. A assinatura da Convenção Nacional Coletiva de Trabalho garante os direitos básicos, econômicos e sociais. Não impede,

**O processo de negociação coletiva é complexo. Envolve preparo e acumulação de forças para o embate. É a nossa participação que sustenta o poder de fogo do Comando Nacional.**



# MESA ÚNICA

---



entretanto, a continuidade das mesas específicas, onde são discutidas as particularidades de cada corporação. Estas são conduzidas pela comissões ou executivas de empregados, tanto nos bancos públicos como nos privados.

A negociação geral com os banqueiros é feita pelo Comando Nacional, ampliado desde 2005, de 11 para 25 membros. Coordenado pela Contraf-CUT, nele têm assento:

- ➔ Um representante da Contraf - CUT
- ➔ 10 federações, que representam 107 sindicatos e 90% dos filiados na base bancária, majoritariamente da CUT:
  - Fetec NE - Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Nordeste
  - Fetec São Paulo
  - Fetec Paraná
  - Fetec Santa Catarina
  - Fetraf-MG - Federação dos Trabalhadores no Ramo Financeiro de Minas Gerais

- Feeb Centro/Norte - Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Centro/Norte

- Feeb Bahia/Sergipe

- Feeb Rio de Janeiro/Espirito Santo

- Feeb Rio Grande do Sul

- Feeb São Paulo/Mato Grosso do Sul - esta, a única que não integra a Contraf-CUT.

→ Os 10 maiores sindicatos de bancários do país:

- Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região

- Sindicato dos Bancários e Financiários do Rio de Janeiro

- Seeb BH e Região - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte e Região

- Seeb Brasília

- Seeb Porto Alegre e Região

- Seeb Curitiba e Região

- Seeb Campinas

- Seeb Bahia

- Seec PE - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Crédito no Estado de Pernambuco

- Seeb Ceará

→ Representantes das comissões de empregados do Banco do Brasil, Caixa, do BNB e Basa participam como convidados.

# MESA ÚNICA

---

## EXPEDIENTE

MESA ÚNICA, Dilema ou Conquista

Edição: Sindicato dos Bancários de Pernambuco

Maio de 2007

Produção: Secretaria de Comunicação

Roteiro: Miguel Correia, diretor do Sindicato

Texto e coordenação editorial: Sulamita Esteliam, jornalista

- MG 02213 JP - Assessoria de Comunicação

Programação visual e ilustração: Libório Melo

Impressão: AGN Gráfica - Recife

Tiragem: 10 mil exemplares

## Fontes de consulta

.IBGE/Ministério do Trabalho

.História da Luta dos Trabalhadores no Brasil – Vito

Giannotti/Mauad-NPC, 2007

. Estação Ferrugem - Sulamita Esteliam/Vozes, 1998

.Mesa Única – O (falso) dilema dos bancários – Miguel

Correia, 2005

.Mesa Única: que trem é esse? – Marlos Guedes, 2005

.Jornal dos Bancários PE, edições 271, 272, 277, 278 e 299

## **Secce PE - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito do Estado de Pernambuco**

Av. Manoel Borba, 564 - Boa Vista - Recife - PE

Pabx: 81 - 3231.4233// Fax: 81 - 3221.4323

Sítio eletrônico: [www.sindbancariospe.com.br](http://www.sindbancariospe.com.br)

Correio eletrônico: [seecpe@sindbancariospe.com.br](mailto:seecpe@sindbancariospe.com.br)

## Artigo V

**Fica decretado que os homens  
estão livres do jugo da mentira.  
Nunca mais será preciso usar  
a couraça do silêncio  
nem a armadura de palavras.  
O homem se sentará à mesa  
com seu olhar limpo  
porque a verdade passará a ser servida  
antes da sobremesa.**

**Thiago de Mello**  
*Os Estatutos do Homem*  
(Ato Institucional Permanente)  
Dedicado a Carlos Heitor Cony,  
Jornalista e escritor)  
Abril de 1964 - Chile

**A unidade dos  
trabalhadores é  
o melhor  
caminho para  
se obter  
conquistas. Os  
patrões, seja  
governo ou  
banqueiro do  
setor privado,  
trabalham e  
negociam  
organicamente.**



# SINDICALIZE-SE



Aqui  
é o seu  
lugar

